

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	17

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	41
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	44
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	49
10.5 - Políticas contábeis críticas	53
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	57
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	58
10.8 - Plano de Negócios	59
10.9 - Outros fatores com influência relevante	61

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

#### 5.1 Em relação aos itens indicados no item 4.1 informar:

**a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo que está em linha com as normas e políticas adotadas na empresa. A presente política estabelece as diretrizes corporativas para orientação da gestão dos riscos que impactam a VLI, suas subsidiárias e controladas ("Empresas VLI"), de forma a possibilitar a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, visando reduzir a probabilidade de ocorrência e seus impactos. A estratégia de gestão de riscos observada pela controladora indireta e pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

**b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

**i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

#### **Risco de aumento do custo de combustível**

A fim de mitigar o risco de aumento de preço de combustível a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado futuro instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização de tais instrumentos.

#### **Risco de crédito**

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a empresa e suas controladas adotam uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A empresa efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento.

#### **Risco de demanda pelos produtos transportados**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O risco de demanda pelos produtos transportados está sendo mitigado por meio da melhoria na qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar, que como concessionária pública a companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclararam como usuários dependentes e para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato de longo prazo que garanta o volume ou a receita.

### ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A gestão integrada de riscos da empresa e de suas controladas busca avaliar os diversos fatores de risco de mercado e o impacto que tais eventos trariam para o fluxo de caixa da Companhia. Qualquer estratégia de mitigação de risco, quando necessária, deverá ser aprovada conforme Governança interna, com o objetivo de contribuir de forma significativa para a redução da volatilidade do fluxo de caixa para os níveis desejados.

### iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Além da política de concessão de crédito adotada, da celebração de contratos de longo prazo para o fornecimento de combustível, do investimento constante na melhoria da qualidade e expansão de nossos equipamentos e derivativos a Companhia não utiliza atualmente outros instrumentos de proteção patrimonial.

### iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A política de gestão de risco corporativo determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. Conforme já destacado, estas, quando necessárias, serão executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos, tanto com terceiros, quanto com seus acionistas.

### v. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não pretende operar instrumentos financeiros com outros objetivos que não a proteção patrimonial (hedge).

### vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de controle de gerenciamento de riscos. A política e as normas de gestão de riscos, que complementam os normativos de governança corporativa de gestão de riscos adotados pela empresa é que determinam a diversificação de operações e a proibição de operações com derivativos de caráter especulativo. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da empresa. A recomendação e a execução das operações de mitigação de riscos serão efetuadas, quando necessário, pela área responsável pela gestão de risco.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

### **c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia não vê necessidade de alteração da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado**

**5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

**a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos em linha com as normas e políticas adotadas na empresa. A estratégia de gestão de riscos observada pela controladora indireta e pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

**b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

**i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

**Risco de aumento do custo de combustível**

A fim de mitigar o risco de aumento de preço de combustível a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização dos mesmos.

**Risco de crédito**

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a empresa e suas controladas adotam uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosa dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A empresa efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento.

**Risco de demanda pelos produtos transportados**

O risco de demanda pelos produtos transportados está sendo mitigado por meio da melhoria na qualidade

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar, que como concessionária pública a companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclaram como usuários dependentes e para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato de longo prazo que garanta o volume ou a receita.

**ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A gestão integrada de riscos da empresa e de suas controladas busca avaliar os diversos fatores de risco

de mercado e o impacto que tais eventos trariam para o fluxo de caixa da Companhia. Qualquer estratégia

de mitigação de risco, quando necessária, deverá ser aprovada conforme Governança interna, com o

objetivo de contribuir de forma significativa para a redução da volatilidade do fluxo de caixa para os níveis

desejados.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

**a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Administração do Emissor realiza avaliação, testes e monitoramento dos controles internos apresentados nos processos operacionais, estratégicos e de impacto nas demonstrações financeiras. A partir do Mapeamento dos Processos da Companhia, são verificados os eventos de riscos associados para identificar possíveis interferências no alcance dos objetivos dos processos. Após tal identificação, verifica-se os controles praticados para mitigação dos riscos. Quando não identificado o controle, as recomendações fortalecem a necessidade de sua criação com recomendações e acompanhamentos por Plano de Ação. Na existência de controles, estes são testados e monitorados e, havendo possibilidade de

melhoria, são recomendadas ações a serem praticadas pelas áreas e acompanhadas pela equipe de Riscos e Controles Internos e, também, pela Diretoria a partir do acompanhamento da performance. Os Controles Internos praticados são: controles operacionais e sistêmicos, para acompanhamento da produção e da qualidade da produção; controles financeiros para garantir o fluxo de caixa e liquidez da Companhia; controles corporativos com vistas a garantir a performance planejada entre outros mecanismos com objetivo de mitigar os riscos que afetam a capacidade de a empresa elaborar, processar e divulgar informações relevantes nas demonstrações financeiras.

**b) As estruturas organizacionais envolvidas**

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos, implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A. A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos processos, identificando os controles existentes. Estes controles são avaliados quanto a sua eficácia e aderência e, quando necessário, são recomendadas ações, estratégias, para melhoria de processos, que são executadas pelas áreas e acompanhadas pelo Controle Interno. Além disso, a VLI S/A possui em sua estrutura uma área de controladoria atuante nos controles voltados para as demonstrações financeiras.

Um canal de Ouvidoria e Compliance, cujo principal objetivo é apurar as denúncias e manter a consonância das atividades da empresa com a legislação vigente, complementam essa estrutura.

**c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos controles. Estas avaliações são refletidas em relatórios apontando a eficácia e aderência dos controles e sempre que cabível, são recomendadas ações de melhoria. Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos (recomendações), implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O acompanhamento e diligenciamento das ações relacionadas aos trabalhos de Riscos e Controles internos é realizado em reuniões mensais da Diretoria Executiva e Conselho Administrativo, conforme agenda.

**d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:**

Não foram apresentadas pelos auditores independentes, em seu relatório de recomendações significativas acerca da eficácia dos controles internos adotados pelo Emissor.

**e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

No encerramento do exercício, tomando por base testes executados pela Administração durante todo o período, não foram identificadas deficiências relevantes na execução dos controles. As possíveis falhas quando identificadas são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício.

A metodologia de mapeamento de processos e avaliação de riscos utilizadas pela Companhia são adequadas para assegurar a eficiência e confiabilidade de seus controles interno.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 - Programa de Integridade

**5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A reputação e imagem positivas da FCA são um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados. Mais do que isso, são um resultado direto do comportamento e do compromisso da equipe. Todos devem estar comprometidos com a honestidade, confiança e respeito pelos outros, e são responsáveis pela disseminação e prática desses princípios. Neste sentido, atitude certa para resolver, respeito às pessoas sempre e tolerância zero contra a corrupção representam os pilares da cultura ética da companhia.

O Código de Conduta Ética reflete um conjunto de valores que buscam assegurar credibilidade e preservar a imagem da empresa, no curto e longo prazo, junto aos mercados em que atua regularmente e se aplica a toda FCA: diretores, empregados e abrange também terceiros, tais como fornecedores e prestadores de serviços. Anualmente os empregados passam por uma reciclagem no Código de Conduta Ética, renovando seu compromisso com o mesmo.

Em caso de descumprimento, os empregados estarão sujeitos à ações disciplinares, tais como advertência (verbal ou formal), suspensão, demissão ou destituição. Seguindo as normas do RH e as legislações específicas.

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora da FCA, VLI, em agosto de 2014 e passou por duas revisões até 2018. Ele fica disponível no sistema de documentos normativos da Companhia. Visando garantir o cumprimento das cláusulas do Código de Conduta, foi desenvolvido o Código de Conduta do Fornecedor que é distribuído para todos os fornecedores e está disponível na página web institucional com penalidades previstas em caso de descumprimento. Ao firmar um contrato com o fornecedor a área de suprimentos analisa o cumprimento de condutas necessárias para prestação de serviços na FCA. Além disso, o fornecedor deve se comprometer com Ética e Conformidade através da cláusula anticorrupção incluída em seu contrato de prestação de serviço.

Além do Código de Conduta Ética, a empresa possui mais dois documentos que normatizam as regras de Ética e Conformidade: o documento Diretrizes de Ética e Conformidade e o documento Diretrizes de Patrocínios e Doações. Todos passam por revisões bianuais. O primeiro discorre sobre os tópicos: corrupção e suborno; pagamentos facilitadores; relacionamento com fornecedores, representantes e demais terceiros; conflitos de interesses; cláusula anticorrupção; contribuições e campanhas políticas; lavagem de dinheiro; fusões e aquisições; relacionamento com o setor público, e; recebimento e oferecimento de refeição, viagem, hospedagem, entretenimento, evento, presentes e brindes. Já o segundo, detalha o procedimento para a realização dos patrocínios e doações pela Companhia.

A área de Ética e Conformidade foi criada em 2014 e está ligada à Diretoria de Consultoria Geral e Integridade. Os pilares que regem o programa de Ética e Conformidade são:

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

1. Assessment de riscos (bianual)
2. Comprometimento com a cultura de compliance
3. Supervisão e recursos para o compliance
4. Código de conduta ética, políticas e procedimentos
5. Atividades de due dilligence
6. Controles internos e monitoramentos efetivos
7. Comunicação e programas de treinamento contínuos
8. Canal de denúncia, mecanismos de investigação e disciplinares

O Comitê de Ética e Conformidade é composto pelo Diretor Presidente, seus diretos e Diretores, em alguns casos, outros gerentes, bem como a área apuradora poderão ser convocados a participar. As reuniões são mensais e possuem as seguintes finalidades:

- I. Realizar aprovações pertinentes;
- II. Conhecer os relatos encaminhados ao Canal de Ética e Conformidade;
- III. Deliberar sobre relatos encaminhados ao Canal de Ética e Conformidade que tiverem os fatos confirmados.

### **b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

Baseado nos valores, o Canal de Ética tem como objetivo orientar a empresa e terceiros que agem em seu nome a agir de forma correta, respaldados pelos mais elevados padrões de integridade. Ele é gerido por uma empresa terceirizada e pode ser acessado por funcionários de todos os níveis hierárquicos de maneira anônima e protegida.

O acesso ao canal pode ocorrer das seguintes maneiras: 1) via site institucional, intranet e telefones, inclusive secretária eletrônica, disponibilizados nos meios de comunicação 2) e-mail, 3) diretamente com a área de Ética e Conformidade.

Número do Canal de Ética: 0800.721.0782 (atendimento de segunda a sábado, de 10h às 16h).

On-line: [www.canaldeetica.com.br/vli](http://www.canaldeetica.com.br/vli) (24 horas por dia, 7 dias por semana).

As denúncias recebidas via canal são apuradas pela área de Ética e Conformidade e, ao final, reportadas ao Comitê de Ética e conformidade.

### **c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

De acordo com a Diretriz de Ética e Conformidade, sempre que a FCA tiver a intenção de iniciar algum processo de reestruturação societária (fusões ou aquisições) ou joint venture ou participação em consórcios deverá ser realizada a Due Diligence prévia de verificação se a empresa alvo da incorporação cometeu algum desvio pertinente a legislação anticorrupção nacional e estrangeira (quando a empresa for multinacional). Caso seja identificado qualquer envolvimento da empresa envolvida na reestruturação societária, o Comitê de Ética deverá deliberar sobre a continuidade ou não do processo de fusão ou aquisição.

**d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Item não aplicável à FCA uma vez que a Companhia possui controles, procedimentos e políticas conforme respostas anteriores.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

### **5.5 - Alterações significativas**

**5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.**

Não houve eventos que alterassem significativamente os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

#### **5.6. Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes estão nos itens anteriores.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10. Comentários dos Diretores

#### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

##### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2019, a FCA superou grandes desafios operacionais e comerciais. A gripe suína afetou a exportação de soja de nossos clientes, a fraca atividade econômica não impulsionou a siderurgia nacional e a instabilidade de preços da indústria de celulose diminuiu a exportação desta commodity. Além da ruptura da barragem de Brumadinho que paralisou temporariamente a operação de alguns clientes.

Diante desse cenário, a FCA se mostrou resiliente e encerrou o ano com crescimento em receita líquida e EBITDA comparativamente a 2018. O EBITDA teve aumento de 75% em relação ao ano anterior.

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais				
(em milhões de R\$)	2016	2017	2018	2019
Receita bruta	1.966	2.439	2.733	2.686
Receita líquida	1.667	2.125	2.414	2.417
EBITDA	246	375	472	828
Resultado do exercício	- 26	7	7	-97
Volume ferrovia (milhões de TKU)	20.506	24.480	24.394	23.252
Volume ferrovia (mil de TU)	30.537	37.885	39.981	35.227
Margem EBITDA	14,8%	17,6%	19,6%	34,26%
Margem lucro	-1,6%	0,3%	0,3%	-4,0%

Em 2019, a FCA investiu o valor total de R\$ 573 milhões. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda vários investimentos com foco na mitigação de riscos considerados como prioritários.

No mais, no ano de 2019 a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) realizou, junto ao Ministério Público, União, ANTT e DNIT, o acordo de processos judiciais, encerrando todas e quaisquer discussões existentes entre as partes referente às obrigações previstas na resolução ANTT 4131/2013.

A FCA substituiu a obrigação de realizar obras pelo compromisso de pagar em 60 parcelas, a partir de 31 janeiro de 2020, o valor de cerca de R\$ 1,2 bilhão. O acordo é positivo para a companhia, já que a obrigação anterior de investir em obras ocasionava glosas pelo poder público sobre parte dos valores, o que impedia o abatimento total dos custos incorridos. Assim, foram encerrados os processos judiciais e administrativos sobre o assunto, e a FCA segue preservada de possíveis penalidades ou indenizações provenientes das obrigações de execução das obras.

##### b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$ 4,833 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 112 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,381 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$

24,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,389 bilhões enquanto a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 111,905 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e também recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Em milhares de Reais			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Recebimento pela venda de imobilizado	5.066	8.734	5.770
Compra de ativo imobilizado e intangível	(542.397)	(631.901)	(535.174)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(623.167)</b>	<b>(623.167)</b>	<b>(529.404)</b>

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em milhares de Reais					
	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	111.905	1,26	24.852	0,46	350,29
Contas a receber	193.546	2,18	191.583	3,56	1,02

Derivativos	69	0,00	-	0,00	n/a
<b>10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais</b>					
Estoques	215.546	2,43	146.054	2,71	47,58
Tributos a recuperar	133.836	1,51	122.686	2,28	9,09
Despesas pagas antecipadamente	1.115	0,01	20.455	0,38	(94,55)
Sinistros a recuperar	1.649	0,02	-	0,00	n/a
Demais ativos	20.026	0,23	25.288	0,47	(20,81)
	<b>677.692</b>				
Total do circulante		7,63	<b>530.918</b>	9,85	27,65
Não circulante					
Contas a receber	256.387	2,89	267.629	4,97	(4,20)
Despesas pagas antecipadamente	-	0,00	12.586	0,23	(100,00)
Tributos a recuperar	169.705	1,91	20.609	0,38	723,45
Contas a receber da RFFSA (União)	101.089	1,14	97.851	1,82	3,31
Sinistros a recuperar	72	0,00	2.761	0,05	(97,39)
Demais ativos	2.186	0,02	2.186	0,04	0,00
Depósitos judiciais	90.273	1,02	100.152	1,86	(9,86)
Tributos diferidos sobre o lucro	254.327	2,86	195.963	3,64	29,78
Imobilizado	1.557.051	17,54	929.388	17,25	67,54
Intangível	5.769.615	64,98	3.227.856	59,91	78,74
	<b>8.200.705</b>	92,37	<b>4.856.981</b>	90,15	68,84
Total do ativo não circulante					
	<b>8.878.397</b>	100,00	<b>5.387.899</b>	100,00	64,78

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras*****ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS**

Em milhares de Reais

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Fornecedores	320.391	3,61	278.977	5,18	14,84
Contas a pagar	12.800	0,14	72.421	1,34	(82,33)
Tributos a recolher	10.847	0,12	12.725	0,24	(14,76)

Obrigações sociais e trabalhistas	114.169	1,29	90.045	1,67	26,79
<b>10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais</b>					
Arrendamentos e concessão	613.710	6,91	42.001	0,78	1.361,18
Antecipações de clientes	38.921	0,44	41.441	0,77	(6,08)
Receitas diferidas	2.048	0,02	2.048	0,04	0,00
Demais passivos	-	0,00	2.255	0,04	(100,00)
Total do passivo circulante	<b>1.112.886</b>	12,53	<b>541.913</b>	10,06	105,36
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	66.389	0,75	28.447	0,53	133,38
Benefícios a empregados	1.586	0,02	2.301	0,04	(31,07)
Receitas diferidas	21.775	0,25	23.824	0,44	(8,60)
Arrendamentos e concessão	2.613.000	29,43	-	0,00	n/a
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	230.000	n/a	410.000	7,61	(43,90)
Total do passivo não circulante	<b>2.932.750</b>	33,03	<b>464.572</b>	8,62	531,28
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	4.663.150	52,52	4.638.837	86,10	0,52
Reservas de capital	169.611	1,91	-	0,00	n/a
Prejuízos acumulados	-		(257.423)	(4,78)	(100,00)
Total do patrimônio líquido	<b>4.832.761</b>	54,43	<b>4.381.414</b>	81,32	10,30
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>8.878.397</b>	100,00	<b>5.387.899</b>	100,00	64,78

### Considerações sobre as principais contas do Ativo

#### Ativo Circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 530,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 677,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente de 27,7%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento contas a receber, caixa/equivalentes de caixa, tributos.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 99,01% em 31 de dezembro de 2019 e 99,20% em 31 de dezembro de 2018, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

31/12/2018

(Reapresentado)

	31/12/2018	31/12/2018
Caixa e bancos	1.833	2.765
Aplicações Financeiras	110.072	22.087
	<b>111.905</b>	<b>22.852</b>

### Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,857 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 8,201 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 68,9 % do total do ativo não circulante.

### Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3,228 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5,770 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 78,7% do total do intangível. Destaca-se os investimentos em material rodante, aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 447,0 milhões, as transferências de intangível para imobilizado no montante de R\$ 224,9 milhões, as amortizações totais de (R\$ 314,3 milhões), bem como os efeitos da adoção ao IFRS 16 (R\$ 2.619,9 milhões) e suas movimentações de correções monetárias (R\$ 72,2 milhões), adições (R\$ 15,9 milhões) e amortizações (R\$ 340,8 milhões) que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 2,542 bilhões nos saldos.

	Direitos de concessão	Direitos de uso	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível emandamento	Total
<b>Valor de custo</b>						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	43.168	-	21.887	4.624.978	559.001	5.249.034
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	2.619.890	-	-	-	2.619.890
Correções monetárias IFRS 16	-	72.222	-	-	-	72.222
Adições IFRS 16	-	15.900	-	-	-	15.900
Adições	-	-	-	-	447.003	447.003
Baixas	-	-	-	(22.930)	-	(22.930)
Transferências	-	-	(1)	678.104	(453.464)	224.639
Transferências Resolução 4.131/13	-	-	-	-	(111.638)	(111.638)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>43.168</b>	<b>2.708.012</b>	<b>21.886</b>	<b>5.280.152</b>	<b>440.902</b>	<b>8.494.120</b>

### **Valor de amortização**

Saldo em 1º de janeiro de 2019						
Adições IFRS 16	(27.330)	-	(14.958)	(1.978.890)	-	(2.021.178)
Adições	-	(340.842)	-	-	-	(340.842)
Baixas	(2.066)	-	(2.706)	(309.583)	-	(314.355)



Transferências	-	-	-	19.855	-	19.855
<b>10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	(67.985)	-	(67.985)

(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	-	(2.724.505)
----------	-----------	----------	-------------	---	-------------

Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	15.838	-	6.929	2.646.088	559.001	3.227.856
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	13.772	2.367.170	4.222	2.943.549	440.902	5.769.615

## **Imobilizado**

### **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 929,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.557,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente 67,5% e está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, manutenção de via permanente, dragagem, aquisição, recuperação, modernização de vagões (R\$ 100,46 milhões), bem como os efeitos da adoção ao IFRS 16 (R\$ 692,84 milhões) e suas movimentações de correções monetárias (R\$ 8,9 milhões), adições (R\$ 197,6 milhões) e amortizações (R\$ 134,7 milhões) que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 627,6 milhões nos saldos.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento	Outros ativos	Total
<b>Valor de custo</b>							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	14.476	167.937	984.073	98.567	243.559	4.082	1.512.694
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	216.773	476.066	-	-	-	692.839
Correções monetárias IFRS 16	-	4.660	4.295	-	-	-	8.955
Adições IFRS 16	-	-	197.613	-	-	-	197.613
Adições	-	-	-	-	100.460	-	100.460
Baixas	-	-	(26.492)	-	(1.653)	-	(28.145)
Transferências	(445)	53.274	6.189	4.697	(220.994)	1.545	(155.734)
	<b>14.031</b>	<b>442.644</b>	<b>1.641.744</b>	<b>103.264</b>	<b>121.372</b>	<b>5.627</b>	<b>2.328.682</b>
<b>Valor de depreciação</b>							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(2.565)	(71.844)	(490.646)	(17.937)	-	(314)	(583.306)
Adições IFRS 16	-	(48.781)	(86.011)	-	-	-	(134.792)
Adições	(602)	(18.045)	(41.124)	(13.519)	-	(200)	(73.490)
Baixas	-	-	20.729	-	-	-	20.729
Transferências	-	(8)	(222)	-	-	(542)	(772)
	<b>(3.167)</b>	<b>(138.678)</b>	<b>(597.274)</b>	<b>(31.456)</b>	<b>-</b>	<b>(1.056)</b>	<b>(771.631)</b>
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	11.911	96.093	493.427	80.630	243.559	3.768	929.388
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	10.864	303.966	1.044.470	71.808	121.372	4.571	1.557.051

### **Passivo Circulante**

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 541,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.112,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um incremento de 105,4% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelos registros advindos da adoção ao IFRS 16 na rubrica de arrendamento e concessões, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 613,7 milhões.

### **Passivo Não Circulante**

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 464,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.932,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente de 531,3% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelos registros advindos da adoção ao IFRS 16 na rubrica de arrendamento e concessões, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2,61 bilhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,381 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 4,833 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando aumento de aproximadamente 10,3% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2019, bem como o aumento de capital com constituição e reserva de capital no montante de R\$ 550 milhões que se deu ao longo de 2019.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.417.420	100,00	2.413.961	100,00	0,14
Custo dos serviços prestados	(2.286.961)	(94,60)	(2.210.215)	(91,56)	3,47
<b>Lucro bruto</b>	<b>130.459</b>	5,40	<b>203.746</b>	8,44	(35,97)
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(124.770)</b>	(5,16)	<b>(134.307)</b>	(5,56)	(7,10)
Gerais e administrativas	(91.846)	(3,80)	(84.367)	(3,49)	8,86
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(32.616)	(1,35)	(54.462)	(2,26)	(40,11)
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	(308)	(0,01)	4.522	0,19	(106,81)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>5.689</b>	0,24	<b>69.439</b>	2,88	(91,81)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(152.551)</b>	(6,31)	<b>(8.210)</b>	(0,34)	1.758,11
Receitas financeiras	(221.678)	(9,17)	7.250	0,30	(3.157,63)
Despesas financeiras	8.951	0,37	(27.642)	(1,15)	(132,38)
Ganhos com variação monetária e cambial	60.176	2,49	12.182	0,50	393,97
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(146.862)</b>	(6,08)	<b>61.229</b>	2,54	(339,86)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>48.209</b>	1,99	<b>(21.398)</b>	(0,89)	(325,30)
Tributos correntes	(10.154)	(0,42)	(9.582)	(0,40)	5,97
Tributos diferidos	58.363	2,41	(11.816)	(0,49)	(593,93)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(98.653)</b>	(4,08)	<b>39.831</b>	1,65	(347,68)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	(0,82)		0,36		

**Receitas****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

No exercício social findo 31 de dezembro de 2019, a receita líquida somou R\$ 2,417 bilhões, representando um aumento marginal de 0,14% sobre o mesmo período de 2018, no valor de R\$ 2,414 bilhão.

**Custos e Despesas**

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 2,287 bilhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 3,5% em relação ao mesmo período de 2017, no valor de R\$ 2,210 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2019 foram o aumento das despesas de pessoal, materiais, partilha de frente serviços contratados, *utilities* e viagens em R\$ 113,2 milhões, contrabalanceados pela redução de combustíveis no montante de R\$ 42,8 milhões.

**Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas**

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 91,9 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 8,9% em relação ao mesmo período de 2018, no valor de R\$ 84,4 milhões. A variação é basicamente justificada pelo aumento do compartilhamento de despesas com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A.

**Outras Receita (Despesas) Operacionais Líquidas**

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 32,6 milhões negativos em 31 de dezembro de 2019 o que representou uma redução de, aproximadamente, 40,1% em relação ao mesmo período de 2018, quando totalizou R\$ 54,4 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 21,8 milhões tem como principal impacto o registro em julho de 2019 de R\$ 78,6 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017 e reconhecidos em função de ter a jurisprudência pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. Como contrapartida ao incremento, destaca-se provisões para contingências que somaram R\$ 22,7 milhões negativos em 2019, frente a reversões de provisões em 2018 no montante de R\$ 27 milhões.

**Resultado Operacional**

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 69,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência dos fatores citados acima.

**Resultado Financeiro****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 152,6 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 8,2 milhões, representando incremento de 1.760%. Tal variação se deu basicamente pelos ganhos de R\$ 60,6 milhões e oriundos do registro de créditos tributários referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, conforme mencionado acima, contrabalanceados pelos efeitos de despesa financeira do IFRS 16 que somaram R\$ 191,3 milhões.

**Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

O valor do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 61,2 milhões positivo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 146,9 milhões negativos em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de aproximadamente 340%. Tal variação se deu em razão dos impactos da adoção ao normativo IFRS 16, bem como os efeitos de incremento de custos não acompanhados pelos incrementos nas receitas, conforma supracitado. Destaca-se também o efeito positivo do registro de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017.

**Lucro (prejuízo) líquido do exercício**

Em 2019 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 98,7 milhões frente aos lucros de R\$ 39,8 milhões apurados em 2018.

**FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro (prejuízo) do exercício	(98.653)	39.831
<b>Ajustes de</b>		
Depreciação e amortização	822.132	402.804
Perdas de recebíveis	421	-
Trânsito em julgado contingência ativa	(59.690)	-
Baixas para perda	-	(2.940)
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	37.857	(30.927)
Derivativos	(69)	-
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(60.176)	(12.182)

Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	-	1.825
<b>10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais</b>		
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	5.425	(4.112)
Receitas diferidas	(2.048)	(1.727)
Encargos de fianças bancárias	483	-
Ajuste a valor presente	(3.152)	13.503
Despesas com benefícios a empregados	1.004	(1.290)
Tributos diferidos sobre o lucro	(58.364)	11.816
Despesas financeiras – arrendamentos	191.357	-
	<hr/>	<hr/>
	<b>776.527</b>	<b>416.601</b>
	<hr/>	<hr/>

## Variações nos ativos e passivos

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Contas a receber	12.094	16.334
Derivativos	-	483
Estoques	(69.492)	(68.401)
Tributos a recuperar	49.673	(86.063)
Tributos antecipados sobre lucro	-	25.206
Despesas pagas antecipadamente	1.223	(150)
Depósitos judiciais	10.172	7.846
Sinistros a recuperar	1.037	29.525
Demais ativos	5.466	23.892
Fornecedores	40.902	95.019
Contas a pagar	(59.621)	(280.937)
Tributos a recolher	(1.982)	(4.606)
Tributo a recolher sobre o lucro	-	25.047
Obrigações sociais e trabalhistas	24.124	(1.339)
Benefícios a empregados	(1.719)	(7.648)
Contas a receber da RFFSA (União)	(356)	-
Arrendamento e concessões	-	4.121
Receitas diferidas	-	2.284
Antecipações de clientes	(2.520)	(5.506)
Demais passivos	(2.256)	(12.345)
<b>Caixa líquido gerado pelas operações</b>	<b>783.272</b>	<b>179.363</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.474)	(13.935)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>739.798</b>	<b>165.428</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	5.066	8.734
Aquisição de imobilizado e intangível	(547.463)	(631.901)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(542.397)</b>	<b>(623.167)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	370.000	410.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(480.348)	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(110.348)</b>	<b>410.000</b>
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>87.053</b>	<b>(47.739)</b>

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.852	72.591
<b>10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	111.905	24.852



## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 2019 a Companhia apresentou um incremento de caixa na ordem de R\$ 87,1 milhões em comparação ao ano anterior.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS**

Em milhares de Reais

	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	31/12/2017 (Reapresentado)	AV%	AH%
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	24.852	0,46	73.047	1,38	(65,98)
Contas a receber	191.583	3,56	202.975	3,82	(5,61)
Outros ativos financeiros	-	n/a	483	0,01	-100
Estoques	146.054	2,71	77.653	1,46	88,09
Tributos a recuperar	122.686	2,28	38.441	0,72	219,15
Tributos antecipados sobre o lucro	20.455	n/a	11.271	0,21	81,4835
Despesas pagas antecipadamente	-	0,00	20.725	0,39	(100,00)
Demais ativos	25.288	0,47	47.002	0,89	(46,20)
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>530.918</b>	<b>9,85</b>	<b>471.597</b>	<b>8,88</b>	<b>12,58</b>
Não circulante					
Contas a receber	267.629	4,97	268.733	5,06	(0,41)
Despesas pagas antecipadamente	12.586	0,23	13.991	0,26	(10,04)
Tributos a recuperar	20.609	0,38	36.339	0,68	(43,29)
Contas a receber da RFFSA (União)	97.851	1,82	89.860	1,69	8,89
Sinistros a recuperar	2.761	0,05	32.286	0,61	(91,45)
Demais ativos	2.186	0,04	9.390	0,18	(76,72)
Depósitos judiciais	100.152	1,86	239.648	4,51	(58,21)
Tributos diferidos sobre o lucro	195.963	3,64	215.964	4,07	(9,26)
	-				
Imobilizado	929.388	17,25	675.952	12,73	37,49
Intangível	3.227.856	59,91	3.256.817	61,33	(0,89)
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.856.981</b>	<b>90,15</b>	<b>4.838.980</b>	<b>91,12</b>	<b>0,37</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>5.387.899</b>	<b>100,00</b>	<b>5.310.577</b>	<b>100,00</b>	<b>1,46</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Fornecedores	278.977	5,18	186.624	3,51	49,49
Contas a pagar	72.421	1,34	339.855	6,40	(78,69)

Tributos a recolher	12.725	0,24	17.243	0,32	(26,20)
<b>10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais</b>					
Obrigações sociais e trabalhistas	90.045	1,67	91.384	1,72	(1,47)
Arrendamentos e concessão	42.001	0,78	37.880	0,71	10,88
Antecipações de clientes	41.441	0,77	46.947	0,88	(11,73)
Receitas diferidas	2.048	0,04	1.567	0,03	30,70
Demais passivos	2.255	0,04	14.718	0,28	(84,68)
Total do passivo circulante	<b>541.913</b>	10,06	<b>736.218</b>	13,86	(26,39)
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	2.301	0,04	55.536	1,05	(95,86)
Benefícios a empregados	23.824	0,44	3.591	0,07	563,44
Receitas diferidas	-	0,00	23.628	0,44	(100,00)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	410.000	7,61	79.978	1,51	412,64
Tributos diferidos sobre o lucro	-	n/a	22.752	0,43	-100
Total do passivo não circulante	<b>464.572</b>	8,62	<b>185.485</b>	3,49	150,46
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	4.638.837	86,10	4.558.859	85,84	1,75
Prejuízos acumulados	(257.423)	(4,78)	(169.985)	(3,20)	51,44
Total do patrimônio líquido	<b>4.381.414</b>	81,32	<b>4.388.874</b>	82,64	(0,17)
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>5.387.899</b>	100,00	<b>5.310.577</b>	100,00	1,46

## Considerações sobre as principais contas do Ativo

### Ativo Circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 471,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 530,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente de 12,6%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento contas a receber, caixa/equivalentes de caixa, tributos.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 99,29% em 31 de dezembro de 2018 e 96,64% em 31 de dezembro de 2017, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	2.765	23.189
Aplicações Financeiras	22.087	49.402

24.852      72.591

---

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**


---

**Ativo Não Circulante**

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,839 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4,857 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 0,37% do total do ativo não circulante.

**Intangível**

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3,257 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3,228 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 0,89% do total do intangível. Esse decréscimo decorreu de investimentos realizados em material rodante e aquisição de equipamentos e reformas de oficinas (R\$ 324,5 milhões) em menor grau frente as amortizações e baixas apuradas no exercício (respectivamente, R\$ 321,3 milhões e R\$ 2,6 milhões).

	Direitos de concessão	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível emandamento	Total
<b>Valor de custo</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	43.168	19.607	4.423.043	471.709	4.957.527
Adições	-	-	-	324.510	324.510
Baixas	-	-	(3.529)	-	(3.529)
Transferências	-	2.280	205.464	(237.218)	(29.474)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>43.168</b>	<b>21.887</b>	<b>4.624.978</b>	<b>559.001</b>	<b>5.249.034</b>
<b>Valor de amortização</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(25.265)	(12.186)	(1.663.259)	-	(1.700.710)
Adições	(2.065)	(2.772)	(316.508)	-	(321.345)
Baixas	-	-	877	-	877
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(27.330)</b>	<b>(14.958)</b>	<b>(1.978.890)</b>	<b>-</b>	<b>(2.021.178)</b>
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	17.903	7.421	2.759.784	471.709	3.256.817
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	15.838	6.929	2.646.088	559.001	3.227.856

## **Imobilizado**

### **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 675,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 929,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente 37,5%. Esse aumento foi decorrente de investimentos em equipamentos.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento	Outros ativos	Total
<b>Valor de custo</b>							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	7.316	135.118	940.706	95.270	1.349	3.695	1.183.454
Adições	-	-	-	-	307.391	-	307.391
Baixas	-	(57)	(7.567)	(1)	-	-	(7.625)
Transferências	7.160	32.876	50.934	3.298	(65.181)	387	29.474
	<b>14.476</b>	<b>167.937</b>	<b>984.073</b>	<b>98.567</b>	<b>243.559</b>	<b>4.082</b>	<b>1.512.694</b>
<b>Valor de depreciação</b>							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(2.047)	(56.824)	(448.591)	-	-	(40)	(507.502)
Adições	(518)	(15.060)	(47.670)	(17.937)	-	(274)	(81.459)
Baixas	-	40	5.615	-	-	-	5.655
	<b>(2.565)</b>	<b>(71.844)</b>	<b>(490.646)</b>	<b>(17.937)</b>	<b>-</b>	<b>(314)</b>	<b>(583.306)</b>
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	5.269	78.294	492.115	95.270	1.349	3.655	675.952
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	11.911	96.093	493.427	80.630	243.559	3.768	929.388

### **Passivo Circulante**

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 736,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 541,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 26,39% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pela redução de contas a pagar no montante de R\$ 267,4 milhões, devido a redução de exposição na operação de risco sacado e pelo aumento de R\$ 93,2 milhões dos saldos de fornecedores.

### **Passivo Não Circulante**

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 185,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 464,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um 150,6% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelo incremento de adiantamentos para futuro aumento de capital no exercício e no montante de R\$ 330,1 milhões.

### **Patrimônio Líquido**

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,389 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4,381 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando redução de aproximadamente 0,17% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2018 e pelos aumentos de capital que derivaram da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital ocorridos no exercício de 2018.

# **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018		31/12/2017		
	(Reapresentado)	AV%	(Original)	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.413.961	100,00	2.124.532	100,00	13,62
Custo dos serviços prestados	(2.210.215)	(91,56)	(2.024.332)	(95,28)	9,18
<b>Lucro bruto</b>	<b>203.746</b>	8,44	<b>100.200</b>	4,72	103,34
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(134.307)</b>	(5,56)	<b>(74.699)</b>	(3,52)	79,80
Gerais e administrativas	(84.367)	(3,49)	(67.953)	(3,20)	24,15
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(54.462)	(2,26)	(9.293)	(0,44)	486,05
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	4.522	0,19	2.547	0,12	77,54
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>69.439</b>	2,88	<b>25.501</b>	1,20	172,30
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(8.210)</b>	(0,34)	<b>(10.902)</b>	(0,51)	(24,69)
Receitas financeiras	7.250	0,30	5.770	0,27	25,65
Despesas financeiras	(27.642)	(1,15)	(37.586)	(1,77)	(26,46)
Ganhos com variação monetária e cambial	12.182	0,50	20.914	0,98	(41,75)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>61.229</b>	2,54	<b>14.599</b>	0,69	319,41
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(21.398)</b>	(0,89)	<b>(7.224)</b>	(0,34)	196,21
Tributos correntes	(9.582)	(0,40)	(1.611)	(0,08)	494,79
Tributos diferidos	(11.816)	(0,49)	(5.613)	(0,26)	110,51
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>39.831</b>	1,65	<b>7.375</b>	0,35	440,08
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	0,36		0,07		

## **Receitas**

No exercício social findo 31 de dezembro de 2018, a receita líquida somou R\$ 2,414 bilhão, representando um aumento de 13,6% sobre o mesmo período de 2017, no valor de R\$ 2,125 bilhão. O crescimento da receita foi devido, principalmente, à receita de serviços acessórios.

## **Custos e Despesas**

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 2,210 bilhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 9,2% em relação ao mesmo período de 2017, no valor de R\$ 2,024 bilhões. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2018 foram despesas com pessoal, material, partilha de frete e aluguéis.

## **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 84,3 milhões, o que representou uma redução de, aproximadamente, 24,7% em relação ao mesmo período de 2017, quando totalizou R\$ 67,9 milhões. A variação é basicamente justificada pelo aumento do compartilhamento de despesas com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A.

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 Condições financeiras/patrimoniais**

### **Outras receitas (despesas) operacionais líquidas**

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 54,5 milhões negativos em 31 de dezembro de 2018 o que representou uma redução de, aproximadamente, 486% em relação ao mesmo período de 2017, quando totalizou R\$ 9,3 milhões negativos. O principal impacto é justificado na redução de recuperação de despesas na ordem de R\$ 43,5 milhões e oriundo de créditos extemporâneos de PIS e COFINS registrados em 2017 e com natureza não recorrente.

### **Resultado Operacional**

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 25,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 69,4 milhões positivos em 31 de dezembro de 2018. A expressiva variação positiva decorreu principalmente pelo aumento da receita líquida conforme evidenciado acima.

### **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 8,2 milhões negativos contra o resultado negativos em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 16,2 milhões, representando uma melhora de 24,7%. Tal variação se deu basicamente, em razão da redução das despesas de leasing financeiro, existentes em 2017, mas não em 2018.

### **Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

O valor do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de um lucro de R\$ 14,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um lucro de R\$ 61,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente 319,9%. Tal variação se deu em razão do aumento da receita líquida do exercício.

### **Lucro líquido do exercício**

Em 2018 a empresa apurou um lucro de R\$ 39,9 milhões, um aumento de R\$ 32,5 milhões acima do resultado de 2017.

# **FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2017 (Original)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro (prejuízo) do exercício	39.831	7.375
<b>Ajustes de</b>		
Depreciação e amortização	402.804	349.334
Perdas de recebíveis	-	-
Trânsito em julgado contingência ativa	-	-
Baixas para perda	(2.940)	-
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	(30.927)	7.910
Derivativos	-	-
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(12.182)	(20.914)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	(4.112)	5.535
Receitas diferidas	(1.727)	(1.567)
Encargos de fianças bancárias	-	-
Ajuste a valor presente	13.503	16.819
Despesas com benefícios a empregados	(1.290)	1.607
Tributos diferidos sobre o lucro	11.816	5.613
Despesas financeiras – arrendamentos	-	5.645
	<b>416.601</b>	<b>379.182</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	16.334	(30.851)
Derivativos	483	-
Estoques	(68.401)	(14.431)
Tributos a recuperar	(86.063)	4.877
Tributos antecipados sobre lucro	25.206	-
Despesas pagas antecipadamente	(150)	(294)
Depósitos judiciais	7.846	1.594
Sinistros a recuperar	29.525	31.181
Demais ativos	23.892	7.641
Fornecedores	95.019	(2.679)
Contas a pagar	(280.937)	(26.821)
Tributos a recolher	(4.606)	236.512
Tributo a recolher sobre o lucro	25.047	364
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.339)	-
Benefícios a empregados	(7.648)	44.367



Contas a receber da RFFSA (União)	-	(36)
<b>10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais</b>		
Arrendamento e concessões	4.121	(12.179)
Receitas diferidas	2.284	-
Antecipações de clientes	(5.506)	(8.693)
Demais passivos	(12.345)	(14.234)
<b>Caixa líquido gerado pelas operações</b>	<b>179.363</b>	<b>595.500</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.935)	(3.561)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>165.428</b>	<b>591.939</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	8.734	5.770
Aquisição de imobilizado e intangível	(631.901)	(535.174)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(623.167)</b>	<b>(529.404)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	410.000	-
Pagamentos de obrigações de arrendamento	-	(38.705)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>410.000</b>	<b>(38.705)</b>
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(47.739)</b>	<b>23.830</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	72.591	49.217
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.852	73.047

Em 2018 a companhia apresentou redução de caixa da ordem de R\$ 47,7 milhões em comparação ao ano anterior.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

#### a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

##### i) Descrição de quaisquer componentes importantes na receita

Em 2019, a FCA superou grandes desafios operacionais e comerciais. A gripe suína afetou a exportação de soja de nossos clientes, a fraca atividade econômica não impulsionou a siderurgia nacional e a instabilidade de preços da indústria de celulose diminuiu a exportação desta commodity. Além da ruptura da barragem de Brumadinho que paralisou temporariamente a operação de alguns clientes.

Diante desse cenário, a FCA se mostrou resiliente e encerrou o ano com crescimento em receita líquida comparativamente a 2018. O principal fator de sustentação desse crescimento foi o aumento de exportação da safra de soja.

A receita bruta da Companhia passou de R\$ 2.733 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.686 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representa uma queda de 1,72% em comparação a 2018.

As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de grãos agrícolas e produtos industrializados. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado. Além dos grãos agrícolas e produtos industrializados, pela malha da Companhia são também movimentadas mercadorias diversas, tais como produtos siderúrgicos, calcário e insumos da indústria siderúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo.

#### Desempenho Operacional

Em 2019, o volume transportado foi de 23,2 bilhões de TKU, 4,6% a menos que o realizado em 2018. Os produtos transportados pela FCA são agrupados em três segmentos-chaves: agricultura, industrializados e siderurgia e construção.

##### Agricultura.

O segmento de Agricultura tem como principais produtos transportados a soja, milho, açúcar. O segmento finalizou o ano de 2019 com 17,3 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2019 de R\$ 1,7 bilhões.

##### Industrializados.

O segmento de Industrializados tem como principais produtos transportados derivados do petróleo (diesel e gasolina), biocombustíveis e indústria sucroalcooleira, produtos florestais (celulose e madeira) e

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

mineração. O segmento finalizou o ano de 2019 com 3,5 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2019 de R\$ 278 milhões.

### **Siderurgia e Construção.**

O segmento de Siderurgia e Construção tem como principais produtos transportados carvão mineral, calcário, gusa e minério de ferro e aços planos e longos. O segmento finalizou o ano de 2019 com 2,3 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2019 de R\$ 420 milhões.

### **Investimentos.**

Em 2019, a FCA investiu o valor total de R\$ 573 milhões. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda vários investimentos com foco na mitigação de riscos considerados como prioritários. No mais, no ano de 2019 a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) realizou, junto ao Ministério Público, União, ANTT e DNIT, o acordo de processos judiciais, encerrando todas e quaisquer discussões existentes entre as partes referente às obrigações previstas na resolução ANTT 4131/2013.

A FCA substituiu a obrigação de realizar obras pelo compromisso de pagar em 60 parcelas, a partir de 31 janeiro de 2020, o valor de cerca de R\$ 1,2 bilhão. O acordo é positivo para a companhia, já que a obrigação anterior de investir em obras ocasionava glosas pelo poder público sobre parte dos valores, o que impedia o abatimento total dos custos incorridos. Assim, foram encerrados os processos judiciais e administrativos sobre o assunto, e a FCA segue preservada de possíveis penalidades ou indenizações provenientes das obrigações de execução das obras.

#### **ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os resultados operacionais da Companhia são afetados, principalmente, pelos custos associados às suas atividades, conforme mencionados no item 10.1(h). A administração da Companhia vem implementando ações visando à melhoria da margem operacional, compreendendo reduções de custos e melhoria de sua eficiência operacional, conforme evidenciado no item 10.1(h).

#### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A receita líquida aumentou de R\$ 2.414 milhões em 2018 para R\$ 2.417 milhões em 2019, principalmente em razão do aumento da receita de partilha de frete e receita advinda do aluguel de locomotivas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

**C.** Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

Em 2019, o resultado financeiro da FCA foi diretamente impactado pelo aumento da despesa financeira com arrendamento, representado pelos efeitos do custo financeiro dos arrendamentos e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e com o aumento da despesa de juros sobre provisão de risco e contingências.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

**c. Eventos ou operações não usuais****(i) REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais**

Com o advento da Lei 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. ("Vale"), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Ao final dos 25 anos, quaisquer saldos remanescentes serão pagos integralmente à FCA pela Vale.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015, 2017 e 2018, e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016, dezembro de 2017 e dezembro de 2018, os montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões e R\$ 6,2 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Vale pagou o montante de R\$ 11.225 (2018 – R\$ 6,2 milhões), restando montante a receber de R\$ 239.394 (2018 – R\$ 250.618).

**(ii) Registro créditos de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS**

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a FCA registrou R\$ 114.659 mil de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2014 e referentes aos processos 2007.38.00.006470-7. Em julho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado de decisão favorável à FCA, proferida no Mandado de Segurança n.º 2007.38.00.006470-7, por esta impetrado com o objetivo de excluir do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. A referida decisão retroagirá ao ano de 2002 a 2014 e permitirá a compensação como créditos extemporâneos. Por sua vez, o processo 0064670-06.2015.401.3800 ainda permanece pendente de julgamento.

**(iii) Reapresentação de informações comparativas**

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração da Companhia concluiu processo de revisão de conciliações contábeis que culminou com a identificação de erros referentes a exercícios anteriores nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, demais ativos, tributos a recuperar, depósitos judiciais, tributos diferidos sobre o lucro e fornecedores.

Os ajustes sustentam-se substancialmente em falhas de controles internos e no processo de conciliação da Companhia e que derivam do rápido e vertiginoso crescimento das operações nos anos que se sucederam a criação do Grupo VLI. A mitigação se dá pela implementação de rotinas e controles mais rígidos, bem como fortalecimento da cultura interna no Grupo VLI.

Adicionalmente, a Companhia revisou seu entendimento quanto ao momento de reconhecimento de suas contingências de discussão da exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e COFINS. O reconhecimento dado no exercício de 2018 se sustentou no fato de ter o Supremo Tribunal Federal, no RE nº 574.706, em sede de repercussão geral, pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. A Administração concluiu portanto, que o trânsito em julgado constitui indicador primário no reconhecimento dos ganhos e portanto, está procedendo com o estorno dos ganhos registrados no exercício de 2018.

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração no balanço patrimonial:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	30.643	(5.791)	24.852
Tributos a recuperar	182.321	(59.635)	122.686
Demais ativos	30.511	(5.223)	25.288
	<b>601.567</b>	<b>(70.649)</b>	<b>530.918</b>
Não circulante			

<b>10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs</b>	Tributos a recuperar	86.241	(65.632)	20.609
	Depósitos judiciais	241.083	(140.931)	100.152
	Tributos diferidos sobre o lucro	164.856	31.107	195.963
		<b>5.032.437</b>	<b>(175.456)</b>	<b>4.856.981</b>
		<b>5.634.004</b>	<b>(246.105)</b>	<b>5.387.899</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante				
	Fornecedores	279.797	(820)	278.977
	Tributos a recolher sobre o lucro	25.046	(25.046)	-
		<b>567.779</b>	<b>(25.866)</b>	<b>569.793</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
	Prejuízos acumulados	(37.184)	(220.239)	(257.423)
		<b>4.601.653</b>	<b>(220.239)</b>	<b>4.348.498</b>
		<b>5.634.004</b>	<b>(246.105)</b>	<b>5.387.899</b>

01/01/2018

	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	73.047	(456)	72.591
Tributos a recuperar	38.441	4.358	42.799
Demais ativos	47.002	(5.223)	41.779
	<b>471.597</b>	<b>(1.321)</b>	<b>470.276</b>
Não circulante			
Tributos a recuperar	36.339	(4.147)	32.192
Depósitos judiciais	239.648	(137.294)	102.354
Tributos diferidos sobre o lucro	215.964	14.567	230.531
	<b>4.838.980</b>	<b>(126.874)</b>	<b>4.712.106</b>
	<b>5.310.577</b>	<b>(128.195)</b>	<b>5.182.382</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante			
Fornecedores	186.624	(926)	185.698

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

	736.218	(926)	735.292
<b>Patrimônio líquido</b>			
Prejuízos acumulados	(169.985)	(127.269)	(297.254)
	<b>4.388.874</b>	<b>(127.269)</b>	<b>4.261.605</b>
	<b>5.310.577</b>	<b>(128.195)</b>	<b>5.182.382</b>

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(53.290)</b>	<b>(81.017)</b>	<b>(134.307)</b>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26.555	(81.017)	(54.462)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>150.456</b>	<b>(81.017)</b>	<b>69.439</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>50.365</b>	<b>(58.575)</b>	<b>(8.210)</b>
Ganhos com variação monetária e cambial	70.757	(58.575)	12.182
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(68.020)</b>	<b>46.622</b>	<b>(21.398)</b>
Tributos correntes	(39.664)	30.082	(9.582)
Tributos diferidos	(28.356)	16.540	(11.816)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>132.801</b>	<b>(92.970)</b>	<b>39.831</b>

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	132.801	(92.970)	39.831
Baixas para perda	-	(2.940)	(2.940)
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(70.757)	58.575	(12.182)
Tributos diferidos sobre o lucro	28.356	(16.540)	11.816
Tributos a recuperar	(134.604)	48.541	(86.063)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>(5.334)</b>	<b>165.428</b>



**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

	170.763		
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(623.167)</b>	<b>-</b>	<b>(623.167)</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>410.000</b>	<b>-</b>	<b>410.000</b>
<b>(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(42.404)</b>	<b>(5.335)</b>	<b>(47.739)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	73.047	(456)	72.591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.643	(5.791)	24.852

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

#### *a) Mudanças significativas nas práticas contábeis*

##### **Alterações adotadas pela Companhia**

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

##### (i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Leases (Arrendamentos)”

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – “Operações de Arrendamento Mercantil” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas aos antigos contratos de arrendamento serão alteradas. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação e amortização de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

##### Transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada.

A Companhia adotou a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizavam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

A Companhia utilizou as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

O registro dos direitos de uso seguiu as características dos ativos subjacentes, tendo sido as locomotivas, vagões e terminais registrados no imobilizado. Por sua vez, os ativos referentes aos contratos de arrendamento e concessão com a RFFSA e FERROBAN e os direitos atrelados aos compromissos referentes a Resolução 4.131/13 e aditivados ao contrato de concessão, foram registrados no intangível.

##### (ii) IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda"

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, bem como os efeitos de tais tributos sobre o lucro líquido. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

### (iii) Outros normativos

As normas elencadas a seguir também foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019, mas não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- IAS 12/CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro" - esclarece que os efeitos tributários (impostos sobre a renda) sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Este requerimento é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo: juros sobre capital próprio.
- IAS 23/CPC 20 - "Custos de Empréstimos": a alteração esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda (conforme o caso), ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos.
- IFRS 3/CPC 15 - "Combinação de Negócios": esclarece que a obtenção de controle sobre um negócio que anteriormente era uma operação conjunta (sob IFRS 11) da adquirente, é uma combinação de negócios em estágios (*step-acquisition*). Dessa forma, a adquirente deve remensurar a participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo, na data da aquisição.
- IFRS 11/CPC 19 - "Negócios em Conjunto": esclarece que, quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, ela não remensura as participações anteriormente detidas nessa operação conjunta.
- IAS 19/CPC 33 - A alteração específica que, quando ocorrer um evento de alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido, a entidade deve atualizar as premissas anteriormente utilizadas e remensurar o custo de serviço corrente e os juros líquidos pelo período remanescente, após as modificações.
- IAS 28/CPC19 - "Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto." O IFRS 9 exclui de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos conjuntos, os quais são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o IAS 28. A alteração ao IAS 28 esclareceu que a referida exclusão de escopo no IFRS 9 se aplica apenas aos elementos dos investimentos que forem contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, a contabilização de instrumentos financeiros de longo prazo com uma coligada ou *joint venture* que, em substância, fazem parte do investimento líquido nessas investidas, mas para os quais o método de equivalência patrimonial não se aplica, deve seguir os requerimentos do IFRS 9.

### b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A partir da adoção do IFRS 16 a Companhia passou apresentar e divulgar, separadamente, em nota explicativa todos os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento e Resolução 4.131/13, bem como as despesas de juros sobre e amortização de tais ativos e passivos. Os efeitos de aplicação da norma em 1º de janeiro de 2019 estão listados abaixo:

	Direito de uso	Reclassificação de gastos incorridos	Obrigações de arrendamento	Obras em andamento – Resolução 4.131/13	PIS e COFINS
Vagões, locomotivas e terminais	692.839	18.099	674.741	-	62.414
Concessão	1.320.291	13.990	1.306.301	-	120.833
Resolução 4.131/13	1.299.598	-	1.299.598	(249.985)	97.089

Seguindo as instruções emanadas pela CVM, as obrigações de arrendamento foram apresentadas de forma bruta, contemplando o custo de aquisição dos ativos de direito de uso. Os valores apresentados são os valores brutos, não deduzidos de impostos e encargos. Os valores apresentados são os valores brutos, não deduzidos de impostos e encargos. Os valores apresentados são os valores brutos, não deduzidos de impostos e encargos.

Nas demonstrações dos fluxos de caixa os pagamentos de arrendamento estão classificados e divulgados separadamente.

A partir de 2019, a Companhia passou a divulgar em notas explicativas específicas as seguintes informações:

- encargos de depreciação e amortização para ativos de direito de uso;
- despesas de juros sobre passivos de arrendamento;
- saídas de caixa com o total de pagamentos efetivados de arrendamentos;
- valor contábil de ativos de direito de uso ao final do período por classe de ativo subjacente.

Os valores reconhecidos foram descontados pelas seguintes taxas incrementais nominais de captação, que foram calculadas para cada contrato, levando-se em consideração o custo de captação médio do Grupo VLI em relação às dispersões do CDI futuro, conforme bases da BM&F, em 28/12/2018:

	FCA
Vagões	de 7,87% a 8,93%
Locomotivas	de 8,04% a 10,07%
Terminais	de 7,90% a 9,91%
Concessão	11,04%

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis, os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12 (33):

#### Prazos contratuais projetados

pele CDI futuro – BM&F	Taxa
1 a 2 anos	7,81% a 8,58%
3 a 4 anos	9,24% a 9,76%
5 a 6 anos	10,10% a 10,38%
7 a 8 anos	10,60% a 10,74%
9 a 10 anos	10,83% a 10,92%
11 a 12 anos	11,00% a 11,06%

#### c. Ênfases presentes no parecer do auditor

#### Saldos e transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2019 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### COVID-19

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras, na qual a

**10. Comentários dos diretores / 10.4 Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

.

**d. Ressalvas no parecer do auditor**

Não aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

#### (a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

##### (i) Redução do valor recuperável de Ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

##### (ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

##### (iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### (iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

### (v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

## (b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

### Concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16/CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

Os contratos de concessão podem ser extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- (i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- (ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

- (i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- (ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF.



## **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras*****a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

***b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não havia itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

### **10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Vide item 10.6, acima.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 - Plano de negócios

#### a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2019, a FCA investiu o valor total de R\$ 573 milhões. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda vários investimentos com foco na mitigação de riscos considerados como prioritários.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da FCA e de aportes da controladora.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2019, não ocorreu desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

#### b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva, com exceção das estimativas de investimentos futuros descritas no item 10.10 (a) acima.

#### c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há, até a data desta Proposta de Administração, pesquisas em andamento já divulgadas.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

Em 2019 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 4,373 milhões, frente aos R\$ 6,344 milhões investidos em 2018.

**iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Em 2019 foram investidos R\$ R\$ 4,373 milhões.

**iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Em 2019, o total gasto foi de R\$ 4,373 milhões.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Em 31 de dezembro de 2019, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.